

DIREITOS E DEVERES NA RELAÇÃO ENTRE GESTÃO ESCOLAR E FAMÍLIA: O CASO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

RIGHTS AND DUTIES IN THE RELATIONSHIP BETWEEN SCHOOL MANAGEMENT AND FAMILY: THE CASE OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Jéssica Bogni Soares¹

Talita Vitória Cordasso Santoro²

Victória Fonseca Pratalli³

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

RESUMO: Com base na coleta de dados obtida nas inserções supervisionadas no Estágio em Administração Educacional na Educação Infantil, este artigo objetiva investigar e discutir a relação escola e família em instituições de educação infantil, sobretudo, no âmbito dos direitos e deveres que compete a cada instância. Observou-se que com a mudança da ordem familiar e a inserção das crianças pequenas em escolas, a troca de responsabilidades entre os dois contextos se tornou imprescindível para a efetivação de um espaço escolar democrático e participativo, principalmente, quando o educando é reconhecido como o principal beneficiado nesse compartilhamento. Sendo assim, ao vivenciar uma realidade escolar em que essa relação se encontra fortalecida, entendemos a importância de difundir nossas experiências e de refletir como é possível fazer da escola um lugar de todos e para todos.

Palavras-chave: Escola e Família; Gestão Democrática; Educação Infantil.

ABSTRACT: based on the data collected from the supervised insertions in the Internship in Educational Administration in Early Childhood Education, this article aims to investigate and discuss the relationship between school and family in the institutions of Early Childhood Education, mainly within the scope of the rights and duties of each actor. It was observed that with the change of family order and the insertion of young children in schools, the exchange of responsibilities between the two contexts became essential for the realization of democratic and participative school spaces, especially when the student is recognized as the main beneficiary of this sharing. Therefore, by experiencing a school reality in which this relationship is strengthened, we understand the importance of spreading our experiences and reflecting on how it is possible to make school a common place for all the people in the school community.

Keywords: School and Family; School Management; Early Childhood Education.

INTRODUÇÃO

O curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), contempla, dentre vários objetivos, a formação de pedagogos comprometidos com a qualidade social da educação. Centrado em processos de ensino e aprendizagem, relacionados à educação escolar, a prática pedagógica é o componente curricular que permeia todo o processo de formação dos futuros docentes, permitindo-lhes análises e reflexões sobre o movimento complexo existente entre

1 Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). jessicabogni@hotmail.com
2 Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). santoro.talitaa@gmail.com
3 Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). victoriapratalli@gmail.com

as construções teóricas e as ações práticas. Ainda mais, com vistas ao “para quê” e “para quem”, os processos de ensino e aprendizagem estão voltados para os componentes das estruturas da atuação profissional que também considera os contextos passados, presentes e os desejados da educação escolar (UFSCar, 2008, p.16).

Seguindo essa proposta de formação de educadores, a disciplina Estágio Supervisionado em Administração Educacional na Educação Infantil, teve como objetivos gerais a promoção da inserção e comprometimento dos(as) futuros(as) pedagogos(as) com o cotidiano escolar por meio de atividades de observação, participação e reflexão sobre as estruturas e funcionamento das escolas, particularmente no âmbito do trabalho pedagógico subjugado na gestora escolar. Complementar a isso, a disciplina também propõe que os estudantes, com base no referencial teórico estudado, desenvolvam uma pesquisa de campo com os agentes educacionais envolvidos, se atentando para a identificação de problemas e a implementações de ações que corroborem para reflexões significativas do funcionamento da gestão escolar nas instituições de educação infantil.

Concomitantemente, na intenção de compartilhar as experiências vivenciadas sobre a organização gestora e suas dificuldades concebidas durante as inserções de estágio em uma Escola Municipal de Educação Infantil, este artigo está estruturado por tópicos e objetiva discutir e enfatizar a importância da participação das famílias nas decisões escolares, sobretudo, no compartilhamento de ideias, propostas e sonhos que visam à melhoria da qualidade do ensino para as crianças.

Para tanto, apresenta-se uma discussão teórica sobre a relação escola e família assegurada em normativas constitucionais, e a efetividade dessas políticas públicas na garantia de um espaço democrático em que cada instituição atue de acordo com os seus direitos e deveres. Em seguida, faz-se uma reflexão significativa entre o embasamento teórico referenciado e as entrevistas realizadas com a diretora e os responsáveis das crianças durante o de estágio, buscando analisar e articular com práticas possíveis dessa relação em escolas de educação infantil.

ESCOLA E FAMÍLIA: UMA RELAÇÃO DEMOCRÁTICA

A educação é um pré-requisito necessário da liberdade civil, e como tal, uma pré-condição do exercício de outros direitos (MARSCHAL, apud NASCIMENTO; CAVALCANTE, 2017).

A temática da relação escola-família tem sido o cerne das discussões nacionais e internacionais sobre a construção de uma escola mais democrática. Diversos campos teóricos em consonância com a pedagogia, tem apontado com urgência o fortalecimento dessa relação nas instituições escolares, principalmente, considerando a criança, o adolescente e o jovem como os principais beneficiados nessa troca de responsabilidades. Sendo assim, para compreender quais são os pressupostos de consolidação da relação escola e família na prática educacional, isto é, naquela que não se limita somente a uma normativa no papel, é necessário distinguir quais são os direitos e deveres dessas duas instâncias que atuam de forma conjunta.

De acordo com o Art. 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988, fica sancionado que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento

da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2003, p.122). Ou seja, a educação é um direito do indivíduo que deve ser assegurado tanto pelo Estado na promoção de um ensino de qualidade e na garantia de acesso as escolas, como pela família de matricular e acompanhar todo o desenvolvimento educacional (SANTOS; TONIOSSO, 2014).

Essa definição é a reafirmada com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 13 de julho de 1990, que ratifica nos seguintes artigos dispostos:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL,1990)

[..]

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando sê-lhes:

II - Direito de ser respeitado por seus educadores;

III - Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis;

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (BRASIL, 1990).

Contudo, mesmo que as funções e os papéis de cada instância estejam definidos em normativas legais, é preciso discutir a comprovação dessas políticas na realidade escolar. Sabe-se que, embora o cenário brasileiro já tenha suscitado iniciativas governamentais para a construção dessa relação, como o “Dia Nacional da Família na Escola”⁴, as ações afirmativas que viabilizam a consolidação de um compartilhamento dialogado, reflexivo e democrático entre as duas instâncias são dependentes de um cotidiano escolar aberto para toda comunidade. E quando falamos em aberto, este não se resume ao portão de entrada, mas na abertura para o compartilhamento de vozes, pensamentos, sonhos e anseios entre todos os agentes que perpassam pela educação integral do indivíduo como aluno e como membro de uma família.

Nessa perspectiva, ao elucidar os direitos e deveres de cada instituição com o objetivo de estabelecer o lugar de cada um no espaço democrático, este também está associado a uma ideia de ação educacional que se difere em cada contexto, mas que se complementa na formação do cidadão. Como elucidada Dessen e Polonia (2007):

Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de so-

4 O Ministério da Educação (MEC) no dia 24 de abril de 2001, lançou uma iniciativa pública intitulada como o “Dia Nacional da Família na Escola”, que consistia em uma propaganda televisionada por artistas famosos convidando os pais e responsáveis a passarem um dia nas instituições públicas de ensino. Em complementariedade, o MEC distribuiu nas escolas uma cartilha com a temática “Educar é uma tarefa de todos nós: um guia para a família”, que fornecia sugestões de como os responsáveis poderiam atuar com as crianças na extensão da educação escolar para a educação familiar (NOGUEIRA, 2006).

brevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo (DESSEN, POLONIA, 2007, p. 22).

Nessa conjuntura, a família é o primeiro contato da criança com o mundo social, especialmente, na sua inclusão no mundo cultural mediante ao ensino da língua, dos símbolos e regras (DESSEN; POLONIA, 2007). Posteriormente, essa criança será submetida a primeira etapa da educação básica, a educação infantil, que tem por finalidade “o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, art. 29). Complementando essa prerrogativa, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica, também legitima em seu artigo 14, a promoção de uma gestão democrática nos estabelecimentos de ensino público, cujos princípios sejam respaldados na participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar na elaboração do projeto pedagógico da escola e na deliberação de conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Frente a essas normativas referente a relação família e escola no contexto da educação infantil, é mais do que imprescindível afirmar que essa troca de direitos e deveres não se limita na figura do responsável da criança e do seu professor, mas se estende e se sustenta em uma gestão que contempla os ideais democráticos de participação de todos (SANTOS; TONIOSSO, 2014). Como esclarece os documentos normativos, a gestão escolar democrática:

[...] trata-se de uma maneira de organizar o funcionamento da escola pública, quanto aos aspectos administrativos, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às suas ações e atos e possibilitar à comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, ideias e sonhos, num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar (BRASIL, 2004, p.25).

Em completude, o espaço da escola deve ser organizado de forma transparente para que todos os membros da comunidade escolar se sintam participantes e ajudantes no processo de construção de uma escola de todos e para todos (NASCIMENTO; CAVALCANTE, 2017). E para isso, é importante que cada partícipe saiba aquilo que lhe compete, aquilo que lhe é direito e dever, para que não ocorra uma sobrecarga de funções e nem uma invasão de limites entre o campo escola e o campo família. Da mesma forma, é importante reafirmar que não há apenas uma pessoa responsável que assegure a consolidação da relação escola e família, mas é uma corresponsabilidade de todos, pois como afirma a Diretora da escola pesquisada:

[...] essa relação deve ser assegurada pela escola... diretor, professores, funcionários... de permitir acesso, de dar liberdade, de criar vínculos (Diretora da escola de Educação Infantil).

Sendo assim, a democratização da gestão escolar é um compromisso socialmente e constitucionalmente estabelecido (NASCIMENTO; CAVALCANTE, 2017), que deve ser respeitado por todos os membros da comunidade escolar, mas essencialmente, pelo diretor. O gestor desempenha um papel fundamental na criação desse ambiente provedor de uma democracia social, visto que, o gestor comprometido socialmente e constitucionalmente:

Cria ambientes participativos, cria uma visão de conjunto associada a uma ação de cooperativismo, promove um clima de confiança, valoriza as capacidades e aptidões dos participantes, associa esforços, quebra arestas, elimina divisões e integra esforços, estabelece demanda de trabalho centrado nas ideias e não em pessoas, desenvolve a prática de assumir responsabilidades em conjunto (LUCK, 2000, p.18 apud NASCIMENTO; CAVALCANTE, 2017, p. 195).

Trazendo esses princípios para a realidade dos centros municipais de educação infantil de uma cidade paulista, encontramos uma peculiaridade na gestão escolar: a equipe administrativa da instituição se configura somente na figura do diretor. Ou seja, o gestor escolar das creches e pré-escolas precisa lidar com as demandas pedagógicas, financeiras e burocráticas da instituição sem a ajuda de funcionários específicos nessa área. Para tanto, a relação escola e família nesse cenário se torna algo intrínseco em uma escola que carece de ajuda, pois como afirma a diretora entrevistada:

[...] eu preciso que os pais estejam presentes na escola, pois quando precisamos deles, eles ajudam e vice-versa... é uma colaboração em que todos nós somos beneficiados (Diretora da escola de Educação Infantil).

Evidencia-se a necessidade de apontar quais são os caminhos e quais são os limites que imbricam na construção da relação família e escola. Ao longo da história, é possível verificar que a alteração da ordem familiar e, conseqüentemente, a entrada das crianças na educação básica, modificou não só as formas de relacionamentos, mas também, a compreensão dos direitos e deveres no exercício da educação e na formação do indivíduo. Como esclarece Nascimento e Cavalcante (2017):

Cabem aos cidadãos e instituições assegurarem que esses direitos sejam colocados em práticas em ambientes educacionais, visto que, a escola tem como tarefa sociopolítica auxiliar os indivíduos na formação e construção da consciência em relação ao lugar em que possa ter processo de fortalecimento da democracia e da humanização da sociedade (NASCIMENTO; CAVALCANTE, 2017, p. 204).

Mas como legitimar essa tarefa? Como construir um ambiente democrático em espaços escolares? Como trazer a família para dentro da escola? O que é de responsabilidade da escola? E da família? O que se espera da relação escola-família? Essas são algumas perguntas que nos guiaram a refletir os entraves e possibilidades da parceria, do diálogo e da cooperação entre a instituição e a comunidade educacional. Assim, em buscas de respostas, acreditamos que é necessário entender o processo histórico de constituição da organização familiar e da organização escolar, e de como a educação das crianças foi sendo concebida frente a estas instâncias.

A FAMÍLIA, A ESCOLA E A CRIANÇA: RELATOS DE UMA PRÁTICA POSSÍVEL

Nas décadas finais do século XX, e pode-se dizer até os dias atuais, observa-se que novas dinâmicas sociais vêm afetando, simultaneamente, as instituições escolares e familiares, e por conseqüência as relações entre essas duas grandes instâncias de socialização (NOGUEIRA, 2006).

Conforme Silva (apud Nogueira, 2006, p. 163), “a relação escola-família tem a idade da instituição escolar, pois desde que há escolas e famílias sempre houve algum tipo de relação entre ambas”. De relações esporádicas e pouco intensas, observa-se que a relação família-escola tem se intensificado cada vez mais, encaminhado para um processo de imbricação de territórios, onde as instituições escolares vêm penetrando cada vez mais nas instituições familiares ao passo que as famílias adentram cada vez mais os espaços escolares (NOGUEIRA, 2006).

A família, conforme Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p. 100) é “a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo, a partir de sua localização na estrutura social”.

Esta instituição tem por função a socialização da criança,

[...] isto é, sua inclusão no mundo cultural mediante o ensino da língua materna, dos símbolos e regras de convivência em grupo, englobando a educação geral e parte da formal, em colaboração com a escola (DESSEN; POLONIA, 2005, p. 304).

Embora essas características sejam comuns as famílias, esta é uma instituição mutável e apresenta configurações próprias em cada sociedade e momento histórico. No que se refere à família ocidental, um ponto de mudança crucial é o reconhecimento da criança enquanto categoria social própria, conforme aponta os estudos de Philippe Ariés (2006).

Concomitantemente, a partir da formulação de suas teses sobre a família moderna, sobretudo em relação aos conceitos de amor conjugal e intimidade familiar, o autor discute sobre o processo de sentimentalização das relações familiares. Esse processo segundo Ariés (2006), foi provocado por um enfraquecimento das funções instrumentais da família, que foram progressivamente sendo substituídas por funções expressivas, tendo a criança como centro da afetividade familiar.

Em outras palavras, “a família passou de unidade de produção a unidade de consumo” (NOGUEIRA, 2006, p. 159) e com isso, os filhos deixaram de ser vistos pelos pais como força de trabalho ou garantia de sucessão e passaram a ser compreendidos como o objeto de afeto e cuidados tendo como objetivo proporcionar-lhes um sentimento de realização.

Essas mudanças das estruturas familiares, centradas na redefinição do lugar da criança, causaram impactos diretos no papel educativo das famílias. Esse novo modelo de família aumentou significativamente a responsabilidade parental em relação aos filhos e com isso, os pais tornaram-se “os responsáveis pelos êxitos e fracassos (escolares, profissionais) dos filhos, tomando para si a tarefa de instalá-los da melhor forma possível na sociedade” (NOGUEIRA, 2006, p. 161).

As famílias passaram a controlar a quantidade de filhos, a fim de garantir que cada criança pudesse receber o máximo de benefícios que elas poderiam proporcionar-lhes. Com isso, para além da função socializadora, as famílias passaram a preocuparem-se em garantir aos seus filhos uma formação integral a partir de aprendizagens diversas, de valores e condutas morais, além de habilidades intelectuais e culturais. Nesse processo, os pais passaram ter uma maior preocupação com a educação oferecida a seus filhos, e como consequência, isso implicou em uma maior participação dos pais nas instituições escolares, que passaram a cobrar uma

prestação de contas sobre o conteúdo e a natureza do ensino oferecido por elas (NOGUEIRA, 2006).

Paralelo aos processos de mudanças das estruturas familiares, o sistema escolar e os processos de escolarização também passaram por significativos processos de mudança. Em âmbito nacional, podem-se destacar as normativas legais que passaram a assegurar a obrigatoriedade da escolarização⁵ bem como as de democratização do ensino⁶.

No âmbito pedagógico é possível citar uma mudança nas concepções pedagógicas formuladas a partir do século XX. Estas passaram a serem centradas no educando, compreendendo-o como um ser ativo, capaz e coparticipe de seu próprio processo de ensino-aprendizagem. Como pontuado por Nogueira (2006), essas novas concepções educacionais culminaram em uma forte preocupação das instituições escolares em buscar uma coerência entre os processos educativos que nela acontecem com os processos educativos dos contextos familiares dos educandos. Com isso, as escolas passaram a se preocuparem em incluir e desenvolver seu trabalho educativo a partir das vivências e experiências pessoais dos alunos. Ou seja, a escola passou a defender o discurso de que para se compreender a criança, deve-se compreender sua família e, portanto, a melhor forma de fazê-lo é a partir da promoção de um permanente diálogo com os pais.

Da mesma maneira, a escola passou também a preocupar-se com o bem-estar psicológico e pelo desenvolvimento emocional das crianças, além de estender sua área e atuação para âmbitos que anteriormente eram de responsabilidade exclusiva dos pais, como a educação sexual. Essas mudanças acarretaram em uma preocupação cada vez maior das escolas em estarem cientes dos acontecimentos que ocorrem na vida privada do aluno, adentrando assim cada vez mais na vida íntima das famílias (NOGUEIRA, 2006).

Tradicionalmente, as instituições escolares que outrora tinham como único objetivo educacional a socialização do saber sistematizado a fim de promover o desenvolvimento intelectual dos estudantes, passou a estender a sua ação educativa e a preocupar-se também com aspectos morais, corporais e emocionais do processo de desenvolvimento. O papel das escolas passou então a ser o de formação integral dos sujeitos, a partir da transmissão de toda a produção intelectual e cultural acumulada pela humanidade, além de contribuir para a formação de sujeitos autônomos, críticos, criativos e capazes de intervir positivamente na sociedade da qual fazem parte.

Os processos de transformação das estruturas familiares e escolares aqui relatados tiveram como implicação uma falta de delimitação entre as funções e objetivos dessas duas instâncias, acarretando em tensões e contradições nessa relação escola-família. Porém, essa parceria é uma demanda cada vez mais reivindicada por estas duas estruturas sociais e inclusive é fomentada por dispositivos institucionais (normativas legais e campanhas) pelo Estado, conforme mencionado no tópico anterior.

5 Lei nº 5692/1971: Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> >.

6 Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012 (Autoria do Projeto: Poder Executivo). Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. Disponível em: < http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/legis/lei_4751.pdf >.

Frente a esse cenário, torna-se necessário compreender questões essenciais sobre quais são as especificidades e complementaridades das ações educativas das instituições familiares e escolares; como essas relações ocorrem na prática; qual é a noção de “parceria” dos diferentes grupos e atores sociais que integram essa realidade; a quem cabe fomentar essa parceria; qual é o real impacto dessas relações no processo formativo e de escolarização das crianças (sucesso e fracasso escolar) e quais são os limites e possibilidades da atuação das famílias nos espaços escolares.

Primeiramente, é importante mencionar que existem poucos estudos no campo da Pedagogia que tratam de analisar a relação escola-família, bem como os impactos reais dessa relação no processo formativo das crianças. Segundo o levantamento de dados feito por Oliveira e Marinho-Araújo (2010), a maior parte dos estudos que tratam da relação escola-família concentra-se nos campos epistemológicos da Psicologia e da Sociologia. Isso evidencia a necessidade de haverem mais estudos sobre essa temática vinculada ao campo pedagógico, a fim de evidenciar suportes teóricos para analisar essa relação e de trazer mais subsídios para as escolas repensarem as construções de suas práticas pedagógicas.

De acordo com Dessen e Polónia (2005):

Quando a família e a escola mantêm boas relações, as condições para um melhor aprendizado e desenvolvimento da criança podem ser maximizadas. Assim, pais e professores devem ser estimulados a discutirem e buscarem estratégias conjuntas e específicas ao seu papel, que resultem em novas opções e condições de ajuda mútua (DESSEN e POLONIA, 2005, p. 304).

Tendo isso em vista, a escola deve reconhecer a importância da colaboração dos pais na aprendizagem escolar de seus filhos, implementando esse reconhecimento na prática por meio da abertura do projeto pedagógico da instituição à participação das famílias, já que este “permite uma flexibilização das ações conjuntas, de forma complementar, e o desenvolvimento de repertórios singulares a cada espaço educacional” (DESSEN; POLONIA, 2005, p. 305).

Cabe à escola, por meio de diversos mecanismos tais como o projeto político-pedagógico, reuniões de pais, tornar a escola um ambiente acolhedor e aberto à participação das famílias, ajudando-as a “recapitular o valor da criança e o sentido de responsabilidade compartilhada” (DESSEN; POLONIA, 2005, p. 307).

Conforme Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p. 105)

[...] na visão das famílias as interações estabelecidas com a escola ocorrem nos horários de saída, nas reuniões de pais convocadas pela escola ou em datas comemorativas, o que ilustra um relacionamento superficial e limitado a situações ‘formais’ (MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 105).

Porém, essa participação precisa ser ativa e deve ocorrer em diferentes níveis, das tomadas de decisão à participação em atividades voluntárias, sejam esporádicas ou permanentes, dependendo da disponibilidade que tiverem (DESSEN; POLONIA, 2005).

A escola, como promotora da participação das famílias na história e no projeto escolar de seus filhos, com a equipe gestora tem um grande papel nessa empreitada, especialmente, o de conectar todos os atores que integram a comunidade escolar (pais, estudantes, professores, funcionários e comunidade local), proporcionando

momentos de convivência e trocas de experiências, conhecimentos e valores e com isso, transformar a escola um ambiente mais democrático e representativo.

Este papel privilegiado da equipe gestora pode ser demonstrado a partir das experiências de estágio vivenciadas na escola de educação infantil em relação ao trabalho realizado pela diretora da instituição. A gestora, a partir de uma minuciosa organização de suas tarefas e da construção de um coletivo escolar bem estruturado e dialogado, consegue garantir o bom funcionamento da escola com o quadro de funcionários presentes, e uma boa relação e integração das famílias dos educandos com a escola.

Em entrevista feita também com a diretora sobre suas percepções acerca da relação família-escola, ela afirmou que:

Temos que trazer a comunidade para a escola, para não ficar uma coisa, assim, de cima para baixo, para a gente ter uma horizontalidade, (é isso que fala?), nas relações, e eu acho superimportante os pais estarem nas escolas porque quando a gente precisa deles eles ajudam ou eles precisam da gente. E assim, para estar conversando sobre a escola, também sobre os filhos. Então não cria aquela coisa ruim de que... Distante, é, uma coisa de aproximar. Eu acho que é a questão mesmo da gestão democrática, é isso né, porque antigamente os pais deixavam o filho no portão da escola. Agora elas deixam na sala, faz um tempo já, porque é essa proximidade, tipo de abrir os portões da escola para os pais também, quebrar esse paradigma que né, que não pode entrar, porque a escola é pública e eles têm que participar também (Diretora da escola de Educação Infantil).

Assim, fica evidente a sua preocupação em tornar a escola um ambiente mais democrático e mais horizontal em relação à participação das famílias, sendo interessante notar as concepções da diretora em relação da escola pública, que em sua visão, deve ser acessível a todos.

A boa relação que a diretora estabelece com os pais é fruto de uma série de atitudes tomadas por ela. A primeira delas, e talvez a mais expressiva ocorra durante os momentos de entrada e saída do período letivo. Todos os dias ela, nesses dois momentos, ela fica na entrada da escola recebendo as crianças e os pais, que as levam diretamente para a sala de aula. Nesses momentos a diretora cumprimenta pelo nome cada criança e cada mãe, pai, irmão, irmã, avô, avó ou quem quer que seja a pessoa que leva a criança para a escola.

Foi possível observar o quanto os pais se sentem valorizados por essa atitude e em conversa com a diretora ela nos disse que um pai, impressionado, lhe perguntou se realmente ela conhecia todos aqueles nomes. Quando a diretora respondeu que sim, ele ficou ainda mais admirado com a sua atitude.

No entanto, esses momentos vão muito além dos cumprimentos. Neles, a diretora aproveita para desenvolver um canal de diálogo com os pais, ouvindo-os falar sobre seus filhos, sobre a escola, dentre outros assuntos. Ao longo do estágio observamos os mais variados tipos de conversa: uma mãe dizendo à diretora que haviam separado esponjas de lavar louça para doar para o projeto de reciclagem da escola, um pai dizendo à diretora que havia separado alguns objetos recicláveis e de madeira que poderiam ser utilizados pelas professoras e pelas crianças para confecção de brinquedos, a diretora segurando o bebê de uma mãe em uma relação amistosa, um pai perguntando à diretora se poderia levar uma caixa de chocolates para as crianças da sala de sua filha no dia do aniversário dela, etc.

Segundo Dessen e Polonia (2005), esses canais de interações menos formais e mais frequentes têm o potencial de gerar um clima mais amistoso que favoreça a aproximação entre pais e a escola. Em uma entrevista feita pelas estagiárias com os familiares durante um desses momentos para compreender como pais se sentiam em relação ao acolhimento da diretora e às suas percepções e sentidos em relação ao significado de participação, uma mãe disse que “se sentia em uma escola particular⁷”, referindo-se à abertura pais tinham para conversar com a diretora. Já outra mãe que matriculou seu filho há um ano na instituição afirmou que “assim que eu fui conhecer a escola eu vi a diferença, até o tratamento, assim, eu me sinto em casa, então eu gosto muito⁸”.

Contudo, na visão da diretora os pais não se mostram solícitos em participar de atividades que envolvam tomadas de decisão, como o Conselho da APM (Associação de Pais e Mestres). No entanto, em seguida ela diz “eu acho até que eles poderiam fazer mais até se eles soubessem como questionar”, indicando que os pais poderiam ter uma participação mais ativa nas deliberações e na construção do projeto político-pedagógico da escola se eles soubessem como fazê-lo.

As respostas dadas pelos pais nas entrevistas também indicaram que eles não tinham uma participação ativa nas deliberações da escola e não tiveram contato com o Projeto Político-Pedagógico da instituição, mas que sabem que caso queiram, existe abertura por parte da escola em reivindicar seus direitos em relação a essas demandas.

É válido ressaltar que é a escola quem deve estabelecer a ponte na relação escola-família, instruindo os pais sobre seus direitos e deveres em relação à educação escolar de seus filhos, afinal “é importante esclarecer o público, para que possam julgar a qualidade do atendimento, mobilizar-se cobrando dos conselhos municipais e estaduais de educação” (NASCIMENTO; CAVALCANTE, 2017, P. 203).

Ao se discorrer sobre o tema escola-família, como já mencionado, é preciso também discutir sobre os limites dessa relação para as ambas. Na continuidade da entrevista feita com a diretora, afirma que embora não goste de ter que assumir uma postura mais incisiva, às vezes, precisa impor alguns limites aos pais, quando, por exemplo, ultrapassam as barreiras de suas possibilidades de atuação na escola. Em um dos momentos da entrevista a diretora menciona uma das situações em que ela precisou assumir essa postura:

Aconteceram alguns probleminhas no ano passado e eles quiseram trazer os problemas para esse ano, mas não tinha nada a ver, entendeu? Mas assim, eu.... Eu me impus com esses pais, assim, infelizmente cheguei em um ponto que eu não gostaria, de ser grossa até, assim com alguns pais, mas assim, se eu não fosse naquele momento eles iam subir em cima de mim, assim, sabe, a questão de eles fazerem tudo que eles achassem que eles pudessem fazer, sabe tipo assim, eu tive uma atitude para falar assim: Opa! Até aqui você vai chegar. Daqui para frente você não vai (Diretora da escola de Educação Infantil).

É preciso salientar que essas situações de conflito fazem parte de uma relação escola-família verdadeiramente aberta ao diálogo e à escuta das diferentes vozes que compõe comunidade de escola e que é pelo diálogo que elas devem ser resolvidas. É preciso ressaltar também que ainda que estas situações conflitantes ocorram

7 Fala da mãe A entrevistada com filho matriculado na fase 4.

8 Fala da mãe B entrevistada com filho matriculado na fase 5.

nas relações travadas entre a diretora e as famílias, estas são pontuais e o sentimento que impera em relação aos pais é o de satisfação em relação ao trabalho da profissional.

Durante a sua fala, a diretora fez o seguinte comentário em relação ao trabalho realizado por ela na instituição (um trabalho recente, de cerca de 2 anos) e sobre a devolutiva que recebeu dos pais dos estudantes:

Eu acho assim, que é essa via de mão dupla que a gente faz. Então, eu sou legal, não é que é legal, eu sou simpática, faço uma coisa assim... mais simples com eles, e eles também devolvem isso. Eu acho, eu acho que aqui é assim, eu gostei muito dessa parte aqui e foi algo diferente. Eu gostei dos pais e da proximidade com os pais assim... e eu acho assim que nessa questão das crianças que nós tivemos que assim, algum problema e tivemos que chamar os pais foi muito positiva também. E teve...a supervisora veio me falar que teve pai que ligou lá na secretaria elogiando essa parte da escola né, que a gente recepciona muito bem, que eles se sentem em uma escola particular, sabe, assim? Foi muito legal (Diretora da escola de Educação Infantil).

Por fim, observa-se o quanto a relação escola-família tem se tornado uma demanda cada vez mais presente e necessária por parte de ambas as instâncias com vistas à melhora da qualidade da educação e a construção de uma escola mais democrática, e quão relevante é o papel do diretor escolar na promoção e articulação do diálogo entre escola e família.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Constatamos que a disciplina de Estágio Supervisionado em Administração Educacional na Educação Infantil, possibilitou aos(as) futuros(as) pedagogos(as) um espaço de aprendizagem e interatividade real com a comunidade escolar por meio de inserções e observações quanto à rotina e as ações da gestora, assim como, do funcionamento de toda lógica organizacional de uma instituição de educação infantil. Além disso, ao se adentrar na realidade escolar essa nos dá a possibilidade de experimentar as atribuições, as relações e as ordens que perpassam pela atividade da gestão educacional.

Nessa perspectiva, a escola de Educação Infantil possui administrativamente apenas o cargo de diretor escolar para gerir a instituição, por isso optamos por focalizar as nossas vivências de estágio na relação que a instituição estabelece com a família dos educandos. Observamos a importância de fortalecer essa relação na educação infantil, principalmente no âmbito de proporcionar um ambiente democrático e participativo entre pais, professores, funcionários, crianças e gestores. Ademais, essa interação também assegura um maior comprometimento social e político com o desenvolvimento escolar do aluno, e conseqüentemente, uma educação melhor para todos.

Ao elucidarmos essa relação nos aspectos dos direitos e deveres que compete a cada instância, compreendemos a importância de conhecer as normativas legais e as políticas públicas que regem a gestão escolar, e de como estas devem ser construídas na realidade escolar. Sendo assim, ao buscarmos meios de consolidação dessa parceria na prática, destacamos o papel central que o gestor comprometido constitucionalmente e socialmente com a educação tem de edificar uma democracia

social na identidade da escola. Isto é, um compromisso de possibilitar um transpasse entre as diferentes realidades que compõe o cenário escolar, e de construir coletivamente um espaço de escuta, de vozes e de compartilhamento de ideias, pensamentos, sonhos e projetos.

Frente a essas exposições, é importante elucidar que a família e a escola possuem objetivos e pressupostos diferentes, mas que se complementam em colaboração para lutar e construir um ensino de qualidade para todos.

Ao experimentar essa relação em uma realidade concreta e possível, destacamos a necessidade que todas as instituições escolares, independente de qual etapa do ensino básico, têm de convocar a comunidade escolar para pensarem juntos em uma educação que atenda as necessidades e as demandas de todos.

Podemos afirmar que o exercício de estágio nos proporcionou uma imersão na realidade escolar pública que até então desconhecíamos. Um cenário que evidenciou possibilidades concebidas como impossíveis, e que nos maravilhou pelo compromisso social e político da diretora e de todos os funcionários para com as crianças.

É claro que existem desafios a serem superados e ideais a serem desconstruídos. Contudo, é nesse ambiente complexo que se evidencia a necessidade da uma relação escola e família com fundamentos em princípios democráticos, com direitos e deveres de todos. Afinal, a escola existe para as crianças.

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 196 p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 92p.
- BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDBEN - 9394/96. Secretaria de Educação Básica. Brasília: A Secretaria, 1996.
- BRASIL. MEC. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 de jan. 2001.
- DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paideia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-863X2007000100003>. Acesso em: novembro de 2018.
- DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar Educacional**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12?fbclid=IwAR1Yuup8tzRVlgDdi-j7A-KwNAsohG9h3hT7qIDUzKfHZOnemU_R-uYpcfQ>. Acesso em: novembro de 2018.
- NASCIMENTO, L. F.; CAVALCANTE, M. M. D. Gestão Democrática na Educação Infantil. **RPGE** – Revista online de Política e Gestão Educacional, v.21, n.1, p. 190-214, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9991/6598>>. Acesso em: novembro de 2018.
- NOGUEIRA, M. A. Família e Escola na Contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação & Realidade**, jul./dez., p. 155-170, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/-articulo.oa?id=317227044010>>.
- OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-10, jan./mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103166-X20100001-00012tlng=entnrm=iso>. Acesso em: novembro de 2018.
- SANTOS, L. R.; TONIOSSO, J. P. A importância da relação família-escola. **Cadernos de Educação, Ensino e Sociedade**. Bebedouro - SP, v. 1, n. 1, p. 122 – 134, 2014. Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cade-rnodeeducacao/sum-ario/3-1/04042014074149.pdf>>. Acesso em: novembro de 2018.